

Fundo voltado para a educação agora só depende de FH

Aprovado no Congresso, projeto vai aumentar salário de professores

• BRASÍLIA. O plenário do Senado aprovou ontem, por votação simbólica, o projeto que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, aprovado semana passada na Câmara. O projeto vai agora à sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso. O fundo, uma das principais propostas do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, prevê um gasto de R\$ 300 por ano com cada aluno do ensino fundamental. Desse dinheiro, 60% serão usados para pagar os salários dos professores, o que possibilitará reajustes e a criação de planos de carreira.

O MEC teve que ceder, porém, às pressões dos governadores e o fundo — que será formado por recursos do ICMS, do IPI e dos Fundos de Participação de estados e municípios — só entrará em vigor em janeiro de 1998. Nada impede que os estados, no entanto, antecipem a contribuição.

Para pressionar os estados a não esperar até 98 para começar a contribuir para o fundo, o MEC decidiu que em 97 só repassará os R\$ 150 milhões do Plano de Trabalho Anual para aqueles que aderirem ao fundo da educação. Os recursos do plano de trabalho são distribuídos para os estados para construção e ampliação de escolas e treinamento e capacitação de professores. Também na distribuição dos primeiros cem mil computadores para as escolas, prevista para 97, haverá prioridade para os estados que criarem seus fundos.

FEF ajudará a complementar recursos para o novo fundo

O MEC já tem R\$ 520 milhões do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) para complementar os recursos dos estados que não tiverem receita suficiente para atingir o gasto de R\$ 300 anuais por aluno — o que ocorrerá em praticamente todos os estados do Nordeste e também no Pará. Mas, como a adesão ao fundo só será obrigatória em 98, o MEC estima que gastará apenas R\$ 200 milhões. Para 98, como o FEF já estará extinto, os recursos para essa complementação terão de estar previstos em orçamento.

Além de criarem planos de carreiras, as prefeituras terão que desvincular o salário dos professores do restante dos servidores da área de saúde, a fim de que o aumento que será proporcionado pelo fundo não crie um efeito cascata no funcionalismo. ■